

A “ lei da vida ” : confirmação, evasão escolar e reinvenção da identidade entre os pomeranos

Joana Bahia

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

O artigo analisa o significado do índice de evasão escolar na vida de uma comunidade de pequenos produtores rurais, imigrantes vindos da região da Pomerânia, norte da Alemanha. A população do município escolhido é composta por 90% de descendentes de pomeranos, que lá chegaram no ano de 1847. Embora o Espírito Santo não receba mais alemães desde a década de 1870, essas comunidades mantiveram o uso de seu dialeto, suas festas, seus costumes culturais e maritais, a continuidade da narrativa da tradição oral camponesa, enfim, o modo de vida camponês.

No contexto da imigração brasileira, nenhuma outra etnia se concentrou tanto em áreas homogêneas e compactas como esta, concorrendo para modificar a estrutura fundiária e a vida rural dos estados onde se estabeleceu.

Este trabalho aborda a relação entre o uso de várias línguas (portuguesa, alemã e pomerana) e a religiosidade luterana no cotidiano do grupo, os padrões de transmissão da herança da terra e a conseqüente valorização destes elementos no ensino confirmatório empreendido pela igrejas Luterana e Missouri, como pontos que permitem compreender os valores sociais e educacionais mais importantes para o grupo na reprodução da sua condição camponesa. São examinadas as representações do grupo acerca do papel social desempenhado pela escola, pelo professor e pelo pastor, e sua relação com os elementos mantenedores de seu *ethos* camponês: a obediência às regras de reciprocidade, a conformidade com os princípios de hierarquia (autoridade paterna e pastoral) e a solidariedade com parentes e vizinhos.

Correspondência:

Joana Bahia

Rua Benjamin Constant, 24

ap. 601

20.241-150 Rio de Janeiro – RJ

e-mail:

joanabahia@hotmail.com

Palavras-chave

Evasão escolar – Campesinato – Religiosidade popular – Identidade étnica.

The “law of life”: confirmation, school drop out and reinvention of identity among Pomeranians

Joana Bahia

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Abstract

The article deals with the meaning of school drop out in the life of a small community of rural workers descendants of Pomeranians – immigrants originally from the northern German.

Ninety percent of the district population descend of Pomeranians that arrived in 1847. Although the state of Espírito Santo did not receive any more Germans after the 1870s, these communities have preserved their dialect, celebrations, cultural and marital habits and the narrative of peasant oral traditions.

In the context of Brazilian immigration, no other ethnic group as the Pomeranians in Espírito Santo settled in such homogeneous and compact areas, contributing to modify the landowning structure and the rural life of the state where they established themselves.

This work takes up the relationship between the use of several languages (Portuguese, German, and Pomeranian) and the Lutheran religiosity in the daily life of the group, the patterns of land ownership inheritance and the consequent importance of these elements in the confirmatory teaching carried out by the Lutheran and Missouri churches. These aspects result in an understanding of the social and educational values that are more important to the group in the reproduction of their peasant condition. The group representations about the role played by the school, the teacher and the minister are examined, as well as the relationship between such representations and the elements that help preserving the group's peasant ethos: obedience to the rules of reciprocity, conformity to the principles of hierarchy (paternal and clerical authority), and solidarity to relatives and neighbors.

Correspondence:

Joana Bahia

Rua Benjamin Constant, 24

ap.601

20.241-150 - Rio de Janeiro - RJ

e-mail:

joanabahia@hotmail.com

Keywords

School drop out - Peasantry - Popular religiosity - Ethnic identity.

Este artigo analisa o alto índice de evasão escolar na passagem do 1º para o 2º grau entre os pequenos produtores rurais, descendentes de imigrantes pomeranos, habitantes do município de Santa Maria de Jetibá, estado do Espírito Santo. São consideradas a representação do grupo sobre educação e sua relação com o rito de confirmação na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)¹ e na Igreja Missouri² e a forma como percebem a educação formal no sistema de ensino público.

Chamamos a atenção para a importância da relação entre língua e religião na construção da identidade étnica e social e do estudo como uma estratégia de reprodução das formas e hábitos culturais dos camponeses pomeranos.

A importância da língua e da religião na construção da identidade

Na reinvenção da identidade étnica e social dos pomeranos é importante ressaltar a necessidade de verificar o uso da língua no cotidiano do grupo para o entendimento das formas de transmissão da tradição oral e a relação destas com o aprendizado e o fenômeno da evasão escolar.

O grupo investigado expressa-se, cotidianamente, em três línguas: português, alemão e pomerano, cada uma delas acionada em diferentes situações sociais.

A língua portuguesa é usada nas situações formais como nas questões de cidadania, no ensino escolar, nas instituições locais como prefeitura, fórum, casas comerciais e bancos, e também, com relativa frequência, no atual ensino confirmatório, para demarcar a diferença entre pomerano e brasileiro. Ela é mais usada pelos jovens do que pelas gerações mais velhas e ocorre mais na sede da colônia do que na zona rural.

O uso crescente da língua portuguesa se deu de fato no momento da Campanha de Nacionalização, implementada pelo governo de

Getúlio Vargas entre 1938 e 1945. Nesse período, houve repressão à publicação e ao ensino da língua alemã, proibição de falar outra língua em público, fechamento de instituições e associações comunitárias e culturais, perseguição aos membros das igrejas luteranas e destruição de propriedades. Muitos pastores foram presos e proibidos de atuarem em suas atividades religiosas. De acordo com o depoimento de alguns pastores, muitos passaram a se dedicar às atividades agrícolas como forma de não serem perseguidos e de manterem a sua sobrevivência e de suas famílias.

Roche (1968, p. 280-281) mostra, com base no relatório emitido pela Comissão Nacional de Ensino Primário, a situação das colônias até o momento da nacionalização do ensino e as propostas vindas do governo para a região estudada:

Depois de lembrar que certos professores enviados a algumas escolas públicas abertas nas colônias tiveram eles mesmos que aprender o alemão para poder estabelecer e manter contato com os colonos, denunciar o papel dos pastores e das escolas privadas onde até o ar que se respira é alemão (...) O secretário de

1. Daqui por diante, esta instituição religiosa será indicada como IECLB.

2. Na colônia estudada, estão presentes a Igreja Missouri e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Inicialmente, ambas faziam parte dos sinodos que formaram a Igreja Luterana no Brasil. A partir de 1930, houve a divisão dos sinodos, o que resultou nas seguintes afiliações: a filiação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil ao Sinodo de Missouri e a da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil à Federação de Igrejas na Alemanha. Essas filiações evidenciaram formas diferenciadas no entendimento do que era ser luterano. Nos quadros hierárquicos da IECLB, havia a preocupação com a preservação da língua alemã como forma de manutenção da religião luterana, o que, conseqüentemente, resultou em sua relação de subordinação à Federação Alemã. Vale lembrar a criação, em 1900, de uma lei eclesial que permitia a afiliação de comunidades eclesiais alemãs no exterior ao Conselho Superior Eclesiástico em Berlim. Por sua vez, o Sinodo Missouri se preocupava com a ênfase no aprendizado da língua portuguesa, fato que contribuiu para a formação de pastores que falassem a língua nacional, com o entendimento de que ser luterano não está relacionado a uma identidade específica.

educação propõe diversas medidas, como a construção de 80 escolas, a orientação oficial das escolas privadas (de preferência ao seu fechamento) para fazer delas centros de cultura nacional, a utilização do cinema e do disco, a interdição do ensino religioso e de cultos em língua estrangeira, a repressão das omissões conscientes para com o estado civil e a divulgação de instrução cívica.

Como podemos perceber, a língua oficial é sustentada pelo Estado, tanto em sua gênese quanto nos seus usos sociais. De acordo com Bourdieu (1996, p. 32),

é no processo de constituição do Estado [a Campanha de Nacionalização é expressão deste processo] que se criam as condições da constituição de um mercado lingüístico unificado e dominado pela língua oficial: obrigatória em ocasiões e espaços oficiais (escolas, entidades públicas, instituições políticas, etc.), esta língua de Estado torna-se a norma teórica pela qual todas as práticas lingüísticas são objetivamente medidas.

Essas formas de inculcação da língua legítima aparecem, nos depoimentos dos pomeranos, na expressão de sentimentos que mesclam vergonha, inferioridade diante de personagens letrados, como a representação que tinham a meu respeito, isto é, a de professora universitária. Muitos não queriam dar entrevistas, afirmando que “falavam um português errado”, que eram “gente da roça, sem estudos” e, portanto, o que “teriam, então, a dizer para uma professora?”.

A expressão freqüente nas entrevistas expressa por um lado os sentimentos de inferioridade, humilhação que muitos vivenciaram nas situações formais e, por outro, mostra que operam a língua portuguesa com a lógica de pensamento pautada no pomerano e com menor freqüência na língua alemã.

Chamo a atenção para a forma de pronúncia e elaboração da língua portuguesa, que na sua expressão oral obedece à lógica da língua

pomerana e muitas vezes da língua alemã. Isto está bastante presente e utilizaremos radicais dos verbos em português, conjugados segundo a lógica e com a terminação dos verbos do alemão e do pomerano. Além da fala com sotaque, a construção das frases mescla as línguas, ou seja, o verbo é construído de acordo com a gramática portuguesa e finalizado em alemão ou pomerano. Sem contar as inversões. A palavra *bota*, por exemplo, para uma criança pomerana da pré-escola jamais terá o significado do idioma em português, porque até então elas aprenderam que a palavra *bótar*, em pomerano, significa manteiga.

Os jornais e publicações veiculados pela Igreja Luterana, assim como pela Missouri, são escritos em português, mas em algumas seções, especialmente a de cartas enviadas pelos fiéis, em geral escreve-se em pomerano e em alemão. As estruturas gramaticais de ambas as línguas aparecem mescladas.

O pomerano é usado entre pomeranos, tanto os da cidade quanto os do campo, sendo mais freqüente na zona rural, na intimidade da família, dos amigos, nas situações-limite de conflito social (luta pelos recursos e acesso à terra entre parentes e vizinhos), como nas acusações de bruxaria e, principalmente, nas práticas mágicas (tais como benzeções) que demarcam os ritos de passagem como o nascimento, o casamento e a morte dos membros da comunidade.³

3. Na língua pomerana a palavra que designa a unidade familiar como unidade de consumo e produção, juntamente com a propriedade, os animais, objetos e valores que constituem seu modo de vida é *Land*. Sua significação seria equivalente na literatura sobre campesinato ao termo *household*. Na língua portuguesa temos o uso da palavra colônia, que teria o mesmo significado de *Land*. O termo colônia é usado pelos pomeranos para designar a área rural em oposição a cidade. Esse termo também designa as terras, benfeitorias, residência, animais domésticos, plantações etc., que juntamente com o grupo doméstico constitui uma unidade básica de produção e consumo. Nesse sentido, a concepção de família camponesa está estreitamente vinculada à idéia de colônia. A colônia é tanto a terra quanto o produto do trabalho e do esforço familiar. Desse modo, a palavra traduz a idéia de manutenção de um tipo de exploração tradicional camponesa, na qual o trabalho é realizado pelos membros da família.

A língua é também utilizada pelos homens como estratégia nas negociações de venda de seus produtos agrícolas no mercado público como uma “língua secreta”, a fim de alertar seus familiares e vizinhos sobre casos de exploração ou a possibilidade de realização de um mau negócio. O uso do pomerano é mais freqüente do que o português e o alemão, especialmente nas áreas mais distantes da sede da colônia.

Seu aprendizado é familiar, sendo a mulher responsável pela transmissão da lógica da língua pomerana e da alemã para as crianças. Quando estas ingressam na escola, já aprenderam a língua pomerana, fato que ocasiona uma série de conflitos no interior do sistema escolar. Muitas professoras reprimem o uso do pomerano, mas a maioria delas tiveram de aprender um pouco dessa língua para que pudessem dar continuidade ao seu trabalho na escola. Até mesmo as pomeranas ensinam apenas em português, porque ser professora é um sinal de ascensão e de diferenciação entre aqueles que permaneceram na roça e os que foram para a cidade.

Muitos jovens, freqüentadores da escola primária, falam tanto o pomerano quanto a língua portuguesa, mas, apesar disso, eles preferem falar com maior freqüência esta última. O português é considerado uma língua de maior prestígio, sendo de maior domínio das esferas formais e nos meios de comunicação.

Os pais justificam o fato de preferirem que seus filhos falem mais o português devido aos sentimentos de humilhação e vergonha que vivenciaram em situações formais na cidade. Eles temem que a mesma situação ocorra com seus filhos. Os jovens também relatam as dificuldades de não saberem falar o português no cotidiano e criticam a excessiva ênfase na língua alemã na esfera religiosa.

Para os pais que desejam a permanência de seus filhos na zona rural, a escola serve apenas para ensinar o mínimo necessário para as situações formais que eles terão de enfrentar.

Na esfera da pequena produção familiar, a ausência de um dos membros da família na lavoura nas épocas de maior necessidade (aumento de produção, períodos da colheita de café ou casos de doença e morte na família) mais o número pequeno de escolas, o pouco contingente de docentes que atenda a população local, as longas distâncias e o transporte precário são algumas das dificuldades mencionadas pelos pais para não manterem seus filhos na escola.

Estes fatores são explicitados por Gran-zow (1975, p. 15), quando ele mostra que a maioria dos pomeranos, na ocasião de sua viagem pela região, não era alfabetizada na língua portuguesa. Muitos dos problemas mencionados não deixaram de existir, como é o caso do atendimento da rede escolar à população local.

Portanto, a família, a escola e a igreja são instâncias produtoras da competência legítima por meio do reconhecimento da língua oficial. Nesse caso, a língua escrita nacional adquire força de lei no e pelo sistema escolar.

Outras instituições formais agem como reguladoras do mercado lingüístico. Cabe também ressaltar que não apenas a língua portuguesa é tomada como legítima, mas também temos o caso, que trataremos mais adiante, da produção e reprodução de uma outra língua legítima, na e pela Igreja Luterana: a língua alemã.

Percebemos, nas ocasiões em que a questão da língua é alvo de discussão, que não existe um consenso. Os pomeranos, pertencentes às gerações mais antigas (em geral na faixa acima dos 40 anos), lamentam a gradual perda da língua entre os mais jovens, especialmente entre aqueles que não permaneceram na zona rural. Como exemplo, temos uma matéria de jornal escrita em pomerano, em outubro de 1994, por uma pomerana, moradora da sede de Santa Maria e enviada aos jornais locais, intitulada Pomerana Morena.

Essa matéria foi uma resposta às que tinham sido veiculadas pela imprensa nacional, nas quais se afirmava de que o pomerano não falava português, mostrando aspectos do grupo, que davam a impressão de que este “houvesse parado no tempo da sua chegada ao Brasil”.⁴ A matéria da pomerana dizia o seguinte:

Esta é Andréia. Sua mãe é pomerana, porém Andréia não fala pomerano. Aqui em Santa Maria é mais fácil encontrar um pomerano que não fala pomerano do que aquele que fale português. Pelo contrário, há poucas pessoas que não falam o português.

A última matéria publicada a qual afirma que 90% não sabem falar português, eles calcularam errado, pois são apenas 10% ou até menos. As demais pessoas, mesmo falando o português um pouco errado, elas conseguem se comunicar. Seria muito proveitoso que fosse feito um cadastramento dos pomeranos, assim poderíamos mostrá-los que a maioria fala português.

No título da matéria, Pomerana Morena, temos uma clara alusão de que ao deixar de falar a língua os pomeranos são *menos pomeranos* e mais *morenos*, isto é, mais *brasileiros*. Vemos que a língua é o elemento de maior importância na construção dos limites da identidade étnica, estabelecendo uma identidade contrastiva com o uso do termo *sward* (moreno/preto), que é designado para classificar os brasileiros.

Na escola, muitos professores, de origem pomerana e brasileira, consideram o pomerano “apenas um dialeto” que, por ser uma língua ágrafa e sem gramática normativa, não teria “*status* oficial de língua verdadeira”. Além disso consideram o pomerano “língua de gente da roça”, “gente atrasada”, enquanto que a língua portuguesa é a língua oficial do país e também a mais próxima da “cultura e da civilização”.

Como nos lembra Bourdieu (1996, p. 49), a sociologia da linguagem é indissociável da sociologia da educação, pois o mercado lingüístico está sujeito aos pareceres dos mestres, guardiões da cultura legítima. Nesse sentido, o mercado escolar encontra-se estritamente dominado pelos produtos lingüísticos socialmente dominantes, expressando as diferenças de capital lingüístico existentes.

Os professores, ao defenderem o português como língua “civilizada”, o transformam em “língua legítima”, isto é, em

uma língua semi-artificial cuja manutenção envolve um trabalho permanente de correção de que se incumbem tanto os locutores singulares como as instituições especialmente organizadas com esta finalidade. (Bourdieu, 1996, p. 49)

A figura da professora é considerada pelas famílias pomeranas como uma liderança letrada, que possui um acúmulo de conhecimento considerável, sabe falar a língua portuguesa além de possuir uma renda fixa, fatos que a distinguem da maioria das mulheres da roça. Seu reconhecimento social é baseado nestas representações e na idéia de autoridade. Essa profissional deve educar seu filho e obter, dele, respeito. Mas sua autoridade é distinta da autoridade religiosa que possui o pastor, pois esta se aproxima da idéia de autoridade paterna, um dos valores mais importantes na lógica campesina.

Nas escolas públicas da região, é adotada a língua alemã como língua opcional em vez da língua inglesa, pois acredita-se que a proximidade entre ambas as línguas germânicas tornaria o aprendizado do alemão algo

4. Como exemplo, temos a matéria escrita por Ricardo Grinbaum intitulada Gente de outro mundo. Descendentes de pomeranos vivem no Espírito Santo como se estivessem na Europa do século passado, publicada na Revista *Veja*, em 08 de junho de 1994.

mais fácil para as crianças. O alemão é usado como língua sagrada, nas rezas, em alguns provérbios de cunho popular, nos cultos da Igreja Luterana e Missouri, especialmente nos dias da Festa da Colheita (setembro), no dia da Reforma Luterana (31 de outubro) e nos cultos da Santa Ceia.

A língua também é utilizada no ensino confirmatório, nos colégios evangélicos onde se formam diáconos e auxiliares eclesiais e na Faculdade de Teologia, em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Cabe ressaltar que, no caso do ensino confirmatório, em várias comunidades são utilizadas as três línguas: português, pomerano e alemão.

No caso da comunidade de Melgaço, região de Domingos Martins, relatado por Gerlinde Weber, a metade da turma aprende o catecismo na língua alemã e a outra metade em português. Segundo Gerlinde (1998, p. 129)

conforme [o relatado pelos] professores do Ensino Confirmatório, o fato de estudar o catecismo em língua alemã se remete ao início da imigração, em que as atividades na Igreja e na escola eram realizadas nesta língua. Um outro fator persiste na justificativa que os pais e/ou avós dão, de ser essa forma de terem condições de auxiliar os adolescentes na leitura e estudo dos textos, pois foi na língua alemã que receberam os ensinamentos cristãos. Eis a explicação também para várias pessoas se remeterem ao Ensino Confirmatório como sendo a *düütschaul* (escola alemã).

Atualmente, as aulas são ministradas em português e pomerano, sendo o alemão utilizado na leitura e no estudo dos textos bíblicos. Nem sempre temos esta regularidade no uso das referidas línguas.

A língua alemã era sistematicamente utilizada nas escolas paroquiais, principalmente na confirmação, desde a chegada do primeiro pastor e a implementação do ensino sob sua responsabilidade nas colônias, até a

Campanha de Nacionalização, sendo retomada logo após o fim do período referido e permanecendo até hoje no ensino confirmatório em várias comunidades pomeranas no interior do Estado. Há uma diferença entre a atuação da igreja na cidade e nas colônias. As aulas de confirmação na cidade são dadas na língua portuguesa. Mas muitas comunidades ainda têm o ensino confirmatório ministrado em alemão.

Se de um lado o uso da língua alemã como resultado da excessiva atuação da igreja luterana na comunidade é visto como sinônimo "do atraso dos pomeranos, diante do fato de não dominarem o português". Por outro lado, muitos lamentam o fato de não terem aprendido também o alto-alemão, pois teriam mais chance de ingresso diferenciado no mercado de trabalho, significando uma possibilidade de ascensão social.

Herança e estrutura familiar

Os modos de transmissão do patrimônio fundiário entre os pomeranos possui regras próprias, que nem sempre concordam com o Código Civil. As práticas de herança têm como objetivo evitar a excessiva fragmentação das pequenas propriedades, fato que ameaça a reprodução desse campesinato.

Segundo Roche (1968), o povoamento no estado do Espírito Santo obedeceu ao padrão geral da colonização européia no sul do país. Observando as características geográficas da região (vales estreitos, terrenos acidentados e cercado de pequenas serras), vemos que os lotes coloniais (de 25 hectares) foram demarcados com formato alongado, a partir de picadas traçadas junto aos principais cursos d'água, pela política de colonização do governo da Província.

Mesmo depois de alguns anos, com a renda obtida através do comércio de produtos coloniais, poucos colonos conseguiram acumular o suficiente para obtenção de mais

terras. Muitos dos terrenos possuíam uma pequena área fértil para o plantio, sendo em sua maioria pequena em relação à área total da propriedade. As dificuldades de adaptação das técnicas agrícolas oriundas do contexto europeu ao novo ambiente levaram os colonos a desenvolverem técnicas de rápido esgotamento do solo, tais como a derrubada e a queimada (coivara). O tamanho dos lotes somado à má qualidade dos terrenos levam à busca de atividades complementares de renda fora da atividade agrícola ou de novas fronteiras agrícolas.

Conforme relatou Roche (1968), as gerações posteriores de pomeranos avançaram em novas zonas pioneiras a fim de obterem mais terras para plantio. A saída dos filhos dos colonos a partir da segunda geração é decorrente da escassez de terra e de recursos para compra. O autor aponta para a importância do núcleo familiar na reordenação das redes de parentesco nos momentos de mudança, como ocorreu nas várias migrações por conta da busca de novas frentes pioneiras. A divisão da herança tem base na chamada *tradição*, que seleciona quem é o herdeiro e quem será excluído da partilha da terra. A transmissão da herança é feita ao homem, em especial ao filho mais novo, prática chamada de *morgadio*.

Outros filhos podem herdar parcelas menores da propriedade ou serem indenizados. Mesmo havendo o costume de o filho mais novo herdar tudo, o pai tem direito de escolher seus herdeiros. Em casos excepcionais, até uma filha pode herdar terra. Há casos em que as filhas herdaram a terra somente para a moradia, nos primeiros tempos de casada, até conseguir seu próprio pedaço de terra ou passar a trabalhar junto com o marido como meeiros no terreno de seus pais. Um casal recém-casado, em muitos casos, não tem condições de comprar terra, mesmo em pequena quantidade, o que os torna dependentes do pai.

A mulher não herda terras, pois constituirá uma nova família.⁵ A mulher, ao passar a pertencer a outra família, não tem direito de

ficar com parte da herança que deverá ficar para seus irmãos. Mesmo nos casos de partilha por inventário, a parte das herdeiras costuma ser repassada para um dos irmãos por meio de compra. No que se refere à mulher, as palavras usadas para defini-las como não-herdeiras são dote e indenização. Ambas possuem vinculação ao casamento.

A fim de garantir a indivisibilidade da *Land*, novas estratégias são acionadas, dentre elas temos as saídas dos não-herdeiros: muitos buscam novas oportunidades de emprego na cidade e outros, o estudo. A vocação religiosa é outra estratégia para reduzir o número de herdeiros. A indenização se constitui no custeio dos estudos religiosos.

Confirmação, evasão escolar e formas de reinvenção da identidade.

Este rito tem como principal significado a confirmação, que o jovem assume diante de Deus, de ser membro fiel da Igreja de Cristo. Ele passa a ter o compromisso de estar a serviço de Deus e da comunidade, pois a partir deste evento é chamado para participar de tarefas tais como: ser membro ativo e efetivo da IECLB; contribuir na realização de tarefas correlatas às atividades do calendário da comunidade; ser membro de diretoria da IECLB e atuar na juventude luterana.

A preparação dura cerca de três anos e compreende a faixa etária dos 13 aos 16 anos para os meninos e dos 12 aos 15 anos para as meninas, período correspondente à passagem do 1º para o 2º grau na escola. São ensinados o catecismo menor de Martim Lutero, aleitura

5. O próprio ritual de casamento evoca um rito de separação de uma situação anterior e o início de um novo ciclo. Esse momento é delimitado por orações na língua pomerana e pelo uso da cor preta no vestido de noiva, marcando um momento de separação, de transição de uma situação antiga para uma nova. Este momento marca a saída da casa dos pais para a formação de uma nova unidade de produção/consumo.

de partes da Bíblia e a história da doutrina luterana e da própria IECLB.

Em toda família, pelo menos um de seus membros deve comparecer aos cultos e participar ativamente da Igreja. Aprender a Lei de Deus, os chamados Dez Mandamentos (*Dai tei-chan jibouta*) são um ensinamento moral que direciona os valores fundamentais para lidar com “as coisas do mundo”.

A idéia de que um membro da comunidade pode pela primeira vez participar do sacramento da Santa Ceia,⁶ juntamente com toda a família, constitui um dos elementos mais vivos na memória social destes camponeses. A família está na imagem da Santa Ceia, e não é à toa que se trata de uma das imagens mais recorrentes nas paredes das casas pomeranas.

O período da confirmação é tão importante na vida de um pomerano que se torna marca na construção temporal do grupo. Quando alguém quer se referir a uma colheita que não deu certo, a uma boa venda de café que proporcionou a compra de um terreno ou a qualquer outro fato que alterou as condições socioeconômicas do grupo, utiliza a expressão “isso foi no tempo da confirmação de fulano”.

O *tempo da confirmação* marca a passagem para a vida adulta e para as escolhas que resultarão nas principais estratégias de reprodução deste campesinato. Após a confirmação o(a) menino(a) domina todo o saber técnico para seu trabalho na terra, pode se casar, ou optar pelo estudo, pois conhece toda a lei da vida e seus valores, podendo então a partir desse saber moral e técnico traçar um dos vários caminhos que permita a continuidade do modo de vida camponês.

A confirmação é o momento dessa passagem que é vivida como aprendizado no interior da Igreja Luterana, sob a autoridade do pastor, aprendizado que não está dissociado do familiar, sob a autoridade paterna. Temos dois valores fundamentais na vida cotidiana que se reproduzem no período da confirmação: a autoridade paterna e a questão da língua. Pai e

pastor são valores de importância para a reprodução da visão de mundo do grupo, de sua história de imigrantes camponeses de origem alemã.

Uma das estratégias de reprodução desse campesinato, como vimos, é o estudo. A educação é entendida como herança. Ao assegurar a um filho uma educação melhor que a dos outros irmãos, subentende-se que esse filho abrirá mão de sua parte na herança.

O estudo e os outros casos de saída da colônia não são somente uma estratégia para assegurar a indivisibilidade da terra, nem da continuidade de uma rede de parentesco que pode ser constantemente acionada, mas também momentos geradores de tensões e crises pelo fato de constituírem parte de um movimento mais amplo de reestruturação do grupo familiar (Arenberg, 1975, p. 42).

Cabe ressaltar que a evasão escolar é bem significativa na região estudada. O período da confirmação coincide com o término dos estudos no 1º grau do ensino fundamental. Segundo a diretora da escola municipal local, logo após o culto há um esvaziamento das classes escolares. Muitos pais afirmam que a confirmação “educa para a vida”, ensina os valores fundamentais, e “para aqueles que ficarão na roça isso basta”.

Para muitos informantes, o pastor “ensina o bem e o mal, como tratar as pessoas da comunidade e lidar com a vida”. É na Igreja também que se realizam todos os momentos mais importantes na vida de um indivíduo, então nada melhor do que aprender de perto

6. Há vários cultos com Santa Ceia. Antes era costume das pessoas que iam participar, inscreverem-se numa lista junto ao pastor. Esse costume ainda permanece em muitas paróquias. Segundo Droogers (1984, p. 50), tal prática foi introduzida no início do século: “Foi feito por motivos pastorais, para que o pastor soubesse quem, geralmente por viver em briga, não ia participar, e para que os membros se sentissem obrigados a fazer as pazes antes de participar da Santa Ceia. Além disso houve um argumento prático: o pastor ficava sabendo quantas pessoas iam estar presentes e podia providenciar as hóstias e o vinho necessário. Na hora da inscrição, as pessoas pagavam algo para a compra do vinho e das hóstias”.

todos os significados desses momentos. Quando se pergunta para um pomerano o significado da confirmação e o que ele aprende nesse período, temos a seguinte afirmativa: “A lei!”. Isto significa o aprendizado da Lei dos Dez Mandamentos. “O que é ensinado nos Dez Mandamentos é a lei da vida”.

Seu ensinamento está próximo do que compreendem por educação e da forma como educam as crianças, quanto ao que é certo ou errado no trabalho da roça. O ensino reflete uma prática e uma visão de mundo ligadas aos valores mais caros ao mundo camponês (respeito à autoridade paterna e ao *ethos* do trabalho) e também ao significado da Igreja na reprodução dos valores identitários.

A língua alemã, o poder e o compromisso com as palavras da Bíblia, a autoridade e o saber sagrado do pastor e o papel central da Igreja na sua socialização fazem parte da história de suas trajetórias de imigrantes pomeranos vindos da Alemanha. Desde o final do século XIX até os dias atuais, o aprendizado básico era ministrado pelo pastor, o que significa que por muito tempo o ensino escolar e o confirmatório se confundiram num único sistema de ensino.

A distância existente entre as escolas e as casas na zona rural, somadas ao precário sistema de transporte e à ausência de número de escolas públicas e ao parco contingente de docentes que pudesse atender à demanda de alunos, tornaram a educação religiosa muito mais eficaz do que aquela proporcionada pelo Estado Brasileiro.

Wagemann (1949, p. 29, 89-90) e Willems (1980, p. 280-281) mostram como o ensino escolar ficou ao encargo da Igreja, sendo ministrado em língua alemã até a Campanha de Nacionalização (iniciada em 1938). Wagemann ressalta a importância da Igreja na educação dos colonos:

As comunidades evangélicas poderiam ser consideradas entidades que exercem império nas áreas por que se estendem (...). Esse papel de-

sempenhado pelas comunidades decorre, pelo menos em parte, da fraqueza das autoridades estaduais e municipais (...). Evidenciando em princípio que o órgão que falta, ou perturbado em suas funções, é em certa medida substituído por outro, – a comunidade religiosa se arrogou diversas tarefas próprias do Estado e do Município, como por exemplo, o ensino (...).

Wernicke (1910) mostra detalhes sobre o ensino no período em que manteve contato com as escolas paroquiais na região de Santa Leopoldina ao descrever que as crianças entravam aos 11 anos na escola e, quando a moradia era mais próxima, costumavam frequentá-la com menos idade. O currículo escolar consistia em ler e escrever em alfabeto gótico e latino, aprender religião, cálculo, canto e noções básicas de geografia e história. A cartilha era composta de duas partes, a primeira escrita em língua alemã e a outra em português. Segundo Wernicke (1910), na maioria das vezes, a segunda parte raramente era ministrada.

Não obstante o fato de o ensino confirmatório ser ministrado na língua portuguesa pela Igreja, o conteúdo de uma das cartilhas evidencia seu papel na manutenção dos elementos étnicos e sociais do grupo. Temos no índice de um caderno de confirmação (IECLB, 1977, p. 8), coletado no decorrer do trabalho de campo, a relação dos temas abordados no primeiro ano do ensino confirmatório.

O primeiro tema (*Meu batismo me leva para a Igreja*) aponta para o desenvolvimento da idéia de que o batismo insere o indivíduo numa comunidade chamada Igreja. Ambas as idéias se confundem na noção *de povo de Deus*, como nos mostra o seguinte trecho (IECLB, 1977, p. 8):

O povo de Deus não conhece limites de país, está em todo o mundo. Está espalhado. Está em muitos lugares. Ele também está em todo lugar. O povo de Deus reunido em nosso lugar

é a comunidade, aquela comunidade, que um dia nos batizou.

A idéia de identificação étnica e religiosa transparece no seguinte trecho:

fato de nós nos chamarmos de evangélicos mostra que queremos estar unicamente em relação com o evangelho de Jesus e que nos diferenciamos dos católicos. O fato de nós nos chamarmos de confissão luterana quer dizer que viemos da reforma de Martin Lutero. Somos luteranos.

No segundo capítulo da cartilha (*Essa é a história de nossa Igreja*), temos a apresentação da história dos primeiros luteranos, que se confunde com a história da imigração alemã no Brasil. Nessa parte do texto, percebemos as dificuldades com que a IECLB opera essas identificações, pois ao mesmo tempo em que mostra os condicionantes históricos como base para interrelacionarem imigração alemã à religião luterana no país, a cartilha esclarece que as mudanças proporcionam a necessidade de a IECLB repensar essa mesma relação diante das mudanças de seu quadro hierárquico, da diversificação de seus fiéis e do fato de ser uma Igreja com grande inserção no meio rural, em áreas de imigração, e menor nos grandes centros urbanos.

O aumento do número de pastores brasileiros e as mudanças ocorridas nas áreas das colônias, principalmente o desinteresse dos jovens pela língua alemã, fazem com que a IECLB não possa mais se identificar apenas como uma "igreja de alemães".

Outro aspecto ressaltado no texto da cartilha é a oposição entre os evangélicos (imigrantes alemães) e os católicos (os brasileiros), que é apresentada nos trechos que se referem ao não-reconhecimento do casamento dos evangélicos e a proibição da construção de igrejas com estilo arquitetônico luterano (em que não pode haver torre) vigente no período imperial.

No ponto referente à história dos sínodos e de sua importância na produção de uma literatura evangélica, inicialmente produzida na língua alemã, temos a relevância da Igreja na construção de uma identidade étnica.

Nesse sentido, a IECLB representa a construção de uma imagem da Alemanha para os imigrantes e seus descendentes num período em que aquele país ainda se encontrava em processo de unificação nacional (1870).

Willems (1980, p. 297) mostra que a Igreja tem importância na reelaboração de uma identidade étnica entre os descendentes de pomeranos a partir do papel que desenvolveu na comunidade, especialmente sua função normativa e educacional e o uso da língua e dos símbolos representativos da idéia de nação alemã.⁷

Na terceira parte da cartilha (*Ao nosso lado existem outras igrejas e denominações*) temos a oposição entre somos luteranos e somos membros de outras igrejas. Nesse capítulo são estabelecidas as diferenças entre o ser luterano em relação ao membro das outras igrejas existentes na região.

Ao analisarmos o material didático do ensino confirmatório, percebemos que, além dos vários parâmetros importantes na elaboração situacional da identidade étnica veiculados pela Igreja Luterana, a própria organização, a carga horária e as atribuições são distintas do ensino público ministrado pelas escolas municipais.

Wagemann (1949, p. 91) aponta ainda para o fato de que o aprendizado do ensino confirmatório não é diário, como na escola

7. Cabe ressaltar que as festas comunitárias, tais como Festa da Colheita e Festa do Colono, são reinvenções que a Igreja Luterana faz dos símbolos alemães. A *Bauernfest* (Festa do Colono) existe em todas as colônias alemãs e reelabora toda a história da vinda dos imigrantes e seu modo de vida no novo país. A *Erntedankfest* (Festa da Colheita) é realizada no período da colheita na Alemanha, que se dá uma única vez ao ano, no mês de setembro. Fato curioso é que os pomeranos colhem suas verduras e legumes o ano inteiro, não havendo, portanto, nenhuma colheita especial em setembro.

municipal. Atualmente ele ainda é realizado durante dois a três anos, sendo as aulas ministradas no máximo três vezes por semana no decorrer de dois anos e de duas vezes semanais no período de três anos. O dia escolar tem entre 4 e 5 horas. Esta diferença é fundamental para um trabalhador rural, pois significa maior disponibilidade de tempo para obter ajuda de seus filhos nas atividades agrícolas.

Além das diferenças anteriormente discutidas entre o ensino público e o ensino confirmatório, os pais atribuem maior importância ao ensino religioso, o que leva a uma conseqüente evasão escolar logo após a confirmação das crianças, a qual coincide com a passagem do 1º para o 2º grau.

A fim de amenizar a baixa freqüência das crianças nas escolas públicas da região, no início da década de 1980 a IECLB condicionou a confirmação àqueles adolescentes que cumprissem uma escolaridade mínima, até a 4ª série. Os professores e os pastores são unânimes em afirmar que esta determinação da Igreja teve peso no cumprimento da escolaridade mínima. Mas também constatam que após o rito de confirmação na Igreja, logo no primeiro dia de aula há uma diminuição considerável do número de alunos. Há uma nova discussão no âmbito da IECLB para alterar esta exigência, estendendo a escolarização até a 8ª série do ensino fundamental.

A dificuldade de transporte escolar, a carência de profissionais especializados no ensino público e as longas distâncias são algumas das motivações apresentadas pelos pais, mas nenhuma delas possui tanta importância quanto o peso significativo do adolescente no ciclo do grupo doméstico e na sua conseqüente colaboração no âmbito do trabalho agrícola.

A obrigatoriedade de cumprir a escolaridade mínima afeta a dinâmica de trabalho de todos os membros da *Land*. Esta é alterada na retirada do grupo doméstico de um de seus membros que se encontra no auge do vigor físico, aprendiz/conhecedor das técnicas agrícolas

e que ainda não constituiu um outro grupo doméstico (por intermédio do casamento).

Muitos pais preferem que seus filhos ingressem mais novos no ensino confirmatório, pois isso significa o encaminhamento para uma das possibilidades de reprodução do grupo, mostrando a aptidão para o mundo do trabalho. Como nos relata um informante: "Tudo crismado, então só trabalho".

A aptidão para o trabalho agrícola e o conhecimento da *Lei da vida* são aspectos importantes na formação moral e identitária das crianças. Um informante conta que no dia de sua confirmação "ganhou" de seu pai o seguinte conselho: "Agora você renuncia ao demônio e pode continuar o caminho de Deus, evitando brigas e seguindo o caminho estreito".

As lições do caminho estreito, apresentadas na Carta do Céu e na Carta de Proteção,⁸ serão aprendidas com o pastor no ensino confirmatório. A *lei da vida* se compreende no conhecimento da palavra bíblica (Lei dos Dez Mandamentos), que lembra aos pomeranos as lições da reciprocidade e do mútuo respeito ao lidarem com os conflitos na ordem camponesa:

Ne nhum de vós deve ferir o outro com a língua nem falar mal (ou agir contra alguém) pelas costas. Não vos alegrai por vossos bens e vossa riqueza. Honrai pai e mãe Não prestai falso

8. A Carta do Céu (*Himmelsbrief*) e a Carta de Proteção (*Schutzbrief*) são cartas sagradas escritas em alemão gótico, sendo encontradas junto às fotografias de família nas salas das casas visitadas. Não foi possível precisar a data histórica das cartas. Por meio de entrevistas pude averiguar que estas têm origem na Alemanha e foram trazidas pelos imigrantes. Os relatos dos pomeranos evocam os objetos que vieram da Alemanha, além da roupa do corpo, a Bíblia e livros de orações, muitos trouxeram as cartas sagradas. Só pude apurar que havia uma gráfica situada no Rio de Janeiro que fazia as reproduções que circulam no Espírito Santo. A data (1724) que aparece na carta não pode até o presente momento ser confirmada por documentação. O que se torna importante é a presença das cartas no interior da casa como objeto de manutenção da unidade *Land* (terra/família) e o fato de se constituir num marco na história da imigração para o Brasil na memória dos pomeranos.

testemunho contra o próximo e vos concederei saúde e bênçãos. No sofrimento, mantém a coragem (o ânimo) e ama aquele que te ofende.

Para os pais, ao contrário da Igreja, a escola ensina tudo aquilo que “não lhes interessa” e que no futuro “levará seus filhos para a cidade”. Quando o assunto é escola, temos uma clara oposição entre “continuar na roça” e “ir para a cidade” e a respectiva equivalência entre “sair da escola” e “continuar na escola”. Muitos afirmam que os filhos podem estudar para aprenderem a ler, especialmente a língua portuguesa, lembrando que “estudar é bom, mas não muito”.

As oposições entre o campo e a cidade, a ênfase na autoridade paterna como base para a formação do caráter moral da criança, a ruptura dos laços familiares que sustentam o grupo doméstico ocasionada pela mudança da visão de mundo a partir da escola são acionadas para marcar uma identidade camponesa. Esses pontos podem ser percebidos nas seguintes falas:

As crianças da roça não são iguais às crianças da cidade, depois de estudarem as crianças ficam nojentas. Quando tem mais crianças em casa e elas ficam juntas, aí não combinam mais. Com criança é assim, quando junto dos pais, obedece, mas quando estes não estão próximos, ela faz o que quer.

A obediência às regras de reciprocidade, a conformidade com os princípios de hierarquia (autoridade paterna e pastoral) e a solidariedade com parentes e vizinhos fazem parte dos valores morais necessários à manutenção de uma ética camponesa, apreendidos na transmissão das mensagens das cartas sagradas e no estudo confirmatório, ou seja, no estudo da Lei (os Dez Mandamentos).

Nesse sentido, a criança “ir para a cidade” pode significar “perder-se”. Como exemplo dessa questão, há o trabalho de Woortmann (1995), que mostra que, para os colonos do Sul,

o mundo urbano implica uma ruptura com o modelo de solidariedade familiar com os padrões de autoridade. Segundo a autora, “a cidade é o lugar, por assim dizer, da guerra de todos contra todos. Nesse plano, a concepção da árvore (*keim*), enquanto pertencimento a um universo ordenado pelo parentesco, se opõe ao universo individualista da cidade” (p. 137).

Além das restrições dirigidas às escolas públicas, os pais também não pouparam críticas ao papel das escolas agrícolas existentes na região. Não obstante a proposta de ênfase na realidade agrícola e a facilidade que estas oferecem quanto à questão do transporte e moradia, muitos pais descartam a possibilidade de envio dos seus filhos a essas escolas, conforme podemos perceber no trecho abaixo:

Aprender a trabalhar na roça pode ser aprendido com os pais. O tempo que gastam na roça da escola é pouco, pois quando voltam para casa, não que rempu xar en xa da. Se alguns dos irmãos mais velhos não estudaram, outros não podem ter oportunidades tão diferenciadas. Os filhos, sabe, tudo ali debaixo da asa, para que os pais possam vigiar.

A efervescência dessa fase de transição é vivida nesse ambiente, pois o futuro não está muito distante. Muitos confessam nas entrevistas os sentimentos de medo e liberdade excessiva que passam a “possuir de um dia para o outro”. Namorar, ir aos bailes, sair sem os pais são alguns dos momentos que cada um vive após a confirmação. Paralelo a isso temos a definição do futuro do trabalho. A partir desse momento se delineia lentamente o caminho de cada um dos filhos e as possibilidades de reprodução da ordem camponesa. Nesse sentido, o casamento e a morte são ritos de grande importância nas transformações do grupo doméstico, isto é, no cálculo das estratégias de reprodução do *ethos* camponês.

Referências bibliográficas

- ARENSBERG, C.; KIMBALL, S. The small farm family in rural Ireland. In: ANDERSON, M (ed.). *Sociology of the family*. Middlesex: Penguin Books, 1971. p. 19-42.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- CENSO SOCIOEDUCACIONAL realizado pela Prefeitura de Santa Maria de Jetibá. Município de Santa Maria de Jetibá, ES: 1994.
- DER HEIMATBOTE. Publicação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, 1967 e 1969.
- DISCHER, Delma. Acerca dos falsos escritos e Pomerana Morena. *Jornal Correio Popular*, Cariacica, out. 1994.
- DREHER, Martin Norberto. *Igreja e germanidade*. Estudo crítico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo: Editora Sinodal; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.
- _____. A história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. In: *Presença Luterana 1990*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1989.
- GRANZOW, Klaus. *Pomeranos unter dem Kreuz des Süden*. Horst Erdmann Verlag: Tübingen und Basel, 1975.
- RELATÓRIO apresenta do pelo núcleo avançado sobre espiritualidade do meio rural à Escola Superior de Teologia da IECLB em junho de 1991.
- ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo, 1847-1896*. Niterói: 1984. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Espírito Santo*. São Paulo: Difel/USP, 1968.
- SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1985.
- WAGEMANN, Ernst. (1915) *A colonização alemã no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1949.
- WEBER, Gerlinde Merklein. *A escolarização entre descendentes pomeranos em Domingos Martins*. Vitória: 1998. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.
- WERNICKE, Hugo. *Deutsch-evangelisches Volkstum in Espírito Santo*. Postdam: Stiftungsverlag, 1910.
- WILBERT Anildo. *Cadernos do povo*. Material para ensino confirmatório. Primeiro Ano-Primeira parte. Edição provisória, 1977.
- WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.
- WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do sul e sítiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora UnB, 1995.

Recebido em 07.06.01

Aprovado em 07.08.01

Joana Bahia é professora-adjunta do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/FFP e doutora em Antropologia Social/ PPGAS /Museu Nacional. Áreas de pesquisa: expressões da cultura camponesa, imigração alemã, religiosidade popular, identidade étnica, educação.